



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

FILOSOFIA - LICENCIATURA

PROBLEMA E IDEIA EM GILLES DELEUZE

KAIQUE VIEIRA SOARES

Foz do Iguaçu
2021



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

FILOSOFIA - LICENCIATURA

PROBLEMA E IDEIA EM GILLES DELEUZE

KAIQUE VIEIRA SOARES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Filosofia.

Orientador: DOUTOR EM FILOSOFIA PROF.
GONZALO PATRICIO MONTENEGRO VARGAS

Foz do Iguaçu
2021

KAIQUE VIEIRA SOARES

PROBLEMA E IDEIA EM GILLES DELEUZE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Filosofia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gonzalo Patricio Montenegro Vargas – (Orientador)
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA - UNILA

Prof. Dr.^a Ana Carolina Cruz Acom
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE

Prof. Dr.^a. Ester Maria Dreher Heuser
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): KAIQUE VIEIRA SOARES

Curso: FILOSOFIA - LICENCIATURA

	Tipo de Documento
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(x) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: PROBLEMA E IDEIA EM GILLES DELEUZE

Nome do orientador(a): GONZALO PATRICIO MONTENEGRO VARGAS

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho à minha querida mãe,
por nutrir em mim a vontade de aprender.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao professor Gonzalo, não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo por sua amizade.

Aos colegas de curso, notadamente à Cindy, que desde o começo esteve ao meu lado.

VIEIRA SOARES, Kaique. **Problema e Ideia em Gilles Deleuze**. 2021. 26p. Trabalho de Conclusão de Curso (Filosofia - Licenciatura) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

RESUMO

O presente trabalho busca salientar as semelhanças e diferenças entre os conceitos de ideia e problema na filosofia de Gilles Deleuze. Desse modo, trata-se de especificar a relação destes conceitos, abordados, de maneira especial, ao longo da obra *Diferença e Repetição* (doravante DR), e da obra *A Filosofia Crítica de Kant*, ambas com a perspectivas voltadas às teorias críticas kantianas, principalmente a *Crítica da Razão Pura*. Para tanto, se fez necessário estabelecermos duas linhas argumentativas. A primeira trata acerca da gênese do pensamento, uma vez que este processo determina o estatuto do problema. Para isso, utilizaremos a estrutura argumentativa utilizada por Deleuze em DR III, pelo qual desenvolve uma doutrina das faculdades conducente a explicar a gênese do pensar. A relação destas faculdades se dá através de um problema que as força ao seu limite, criando nelas o verdadeiro pensar. Também, nesta mesma linha, será relevante o uso de DR II, em que o francês desenvolve três sínteses passivas que pretendem dar conta da constituição de uma subjetividade, ao qual se referem estas faculdades. A segunda linha argumentativa refere-se à ideia como instância problemática, utilizando DR IV para determinar alguns aspectos fundamentais e assim entendermos a ideia em sua gênese no problema, definindo assim a relação entre estes dois conceitos.

Palavras-chave: Ideia; Problema; Gênese; Pensamento; Objeto.

VIEIRA SOARES, Kaique. **Problem and Idea in Gilles Deleuze**. 2021. 26p. Trabalho de Conclusão de Curso (Filosofia - Licenciatura) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

ABSTRACT

The following work seeks to point out the similarities and estrangements between the concepts of idea and problem on Deleuze's philosophy. Thereby, it concerns about specifying the nature and the relation of these concepts, discussed, in a special way, along Difference and Repetition and Kant's Critical Philosophy, both with their perspective oriented to the kantian's critical theories, mainly the Critique of Pure Reason. For this purpose, it has been needed to establish two different threads. The first concerns about the genesis of the thought, since this process determines the status of the problem. To this end, we shall consider the argumentative structure used by Deleuze on DR III, in which he develops his doctrine of the faculties, towards to the explanation of the Genesis of the Thought. The relation of theses faculties it is made through a problem that forces them into their limit. Also, in this same thread, we use DR II, in which the autor develops three passive synthesis, by which intend to give account of the constitution of a subjectivity. The second thread refers to the idea as a problematic instance, by reading DR IV, so that we can determine some fundamental aspects of the Idea in its genesis within the problem, defining, this way, the relation between these two concepts.

KEYWORDS: Idea; Problem; Genesis; Thought; Object.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 GÊNESE DO PENSAMENTO	13
2.1 O PROBLEMA E A DOCTRINA DAS FACULDADES.....	13
2.2 UM “EU” RACHADO.....	17
3. A IDEIA COMO INSTÂNCIA PROBLEMÁTICA.....	19
3.1 IDEIA NO SENTIDO KANTIANO.....	19
3.2 IDEIA NO SENTIDO DELEUZIANO.....	22
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS.....	26

1 INTRODUÇÃO

Segundo Deleuze, não há nada que fundamente uma “tendência natural” do espírito à verdade. O filósofo está imerso em um campo de forças – um campo problemático – uma trama profunda, complexa e cheia de relações, na qual ocorre a gênese do pensamento, puro, desprovido de qualquer forma pré-estabelecida.

O pensamento é convencionalmente entendido pela tradição como uma ferramenta de acesso à verdade: a suposição de que há, de fato, uma relação confusa – mas que deve ser solucionada – entre o “eu”, sujeito pensante, e um objeto “externo”. A imagem deste pensamento é semelhante àquelas fantasias, em que um herói busca realizar seu objetivo superando os vilões e suas dificuldades.

Entretanto, não existe herói representativo do “eu”. Também não há vilão nesta história. O que há é a relação de forças em um campo problemático. A imagem do pensamento se assemelha mais a um romance policial. O investigador que reunindo as pistas que levam até o assassino, percebe que o facínora, na verdade, é uma de suas personalidades.

O que dá o sentido à trama é um “*plot twist*”. São os problemas que configuram a ideia – da mesma forma que a relação das pistas que configura uma descoberta. A natureza da ideia não difere em natureza de suas relações, ela se confunde com este problema – da mesma forma que a descoberta não difere em natureza da relação que o investigador traçou nas pistas, pois as pistas são o mistério. O assassino e o investigador são o mistério, como a ideia é o problema.

Deleuze, no terceiro capítulo de *Diferença e Repetição* (DELEUZE, 1968, DR,III), tece uma rigorosa crítica à “imagem do pensamento”, cuja raiz se encontra em um “funcionamento harmonioso” das faculdades, a saber, sensibilidade, entendimento e razão. O francês defende que o pensamento não é fruto dessa harmonia, mas sim, de uma discordância causada pelos problemas.

Desta forma, Deleuze propõe-se então a explicar o problema no capítulo quatro “*Síntese ideal da diferença*” de DR. O presente trabalho investiga neste capítulo, tanto a definição precisa do que Gilles Deleuze entende por “problema” e por “ideia”, quanto alguns de seus desdobramentos posteriores. Considerando a importância da *Crítica da Razão Pura* (doravante CRP) para o cerne da discussão, este trabalho mergulha também na introdução que nosso autor dedica ao pensador alemão, *A filosofia crítica de Kant* (2018 [1963]).

2 GÊNESE DO PENSAMENTO

2.1 O PROBLEMA E A DOCTRINA DAS FACULDADES

De acordo com Kant em sua *Crítica da Razão Pura*, para relacionar-se com o mundo, o sujeito faz uso do que chamamos de “faculdades”. Através destas o sujeito, sente, retém, raciocina, e assim, julga, dando significado à um amontoado de informações, “conceituando-as” em objetos.

Podemos entender por faculdade duas coisas: (1) forma de organização do pensamento visando a um determinado interesse (conhecimento, desejo ou o sentimento de prazer e dor), (2) ou como uma fonte específica de representação (sensibilidade, entendimento e razão) (DELEUZE, 1963, p.16). A faculdade assegura a relação do sujeito com a realidade.

Elas podem se organizar de maneiras distintas a depender de seu interesse (conhecer, desejar ou sentir). Em cada um destes momentos, assumirão papéis e funções diferentes, onde uma presidirá, e as outras submeterão seu “objeto” à esta faculdade presidente, que Kant chama de “legisladora”. Todavia, sempre trabalharão em conjunto como um sistema.

Nestas distintas organizações, as faculdades exercem diferentes “acordos” entre si. Estes acordos são denominados de “senso comum” (DELEUZE, 1963, p.32), e este acordo, como uma espécie de “capacidade comunicativa” entre as faculdades, propicia a universalidade do conhecimento.

É o entendimento que legisla e julga; mas, sob o entendimento, a imaginação sintetiza e esquematiza, e a razão raciocina e simboliza, de tal maneira que o conhecimento tenha um máximo de unidade sistemática. Ora, todo acordo das faculdades entre si define o que se pode chamar de senso comum. (DELEUZE, 1963, p.32)¹

Entretanto, as faculdades diferem de natureza umas das outras. Os dados sensíveis diferem de natureza dos conceitos. Como a sensibilidade pode, assim, adequar-se as regras do entendimento? Entendimento e razão, da mesma forma, não compartilham da mesma natureza. Como, desta forma, os conceitos do entendimento são reunidos baixo o escopo da ideia da razão? Em que sentido há

¹ Neste trecho Deleuze está se referindo a uma organização específica das faculdades, a saber, do interesse especulativo. Abordaremos mais sobre o assunto na sessão 3.1.

um “acordo” entre as faculdades, dada esta diferença? (DELEUZE, 1963, p.33). Segundo Deleuze (1963), esta pergunta evidencia um problema ainda mais profundo: Existe de fato um sistema harmonioso chamado “pensamento” que garante a relação do sujeito com o real?

Kant não poderia ver o seu projeto crítico ruir por invocar uma “harmonia” pré-estabelecida entre as faculdades, pois tal façanha suporia um “princípio supremo finalista teleológico” à maneira do dogmatismo de Leibniz, do qual a filosofia kantiana tenta fugir.

Quando tenta situar sua própria filosofia, Kant o faz relativamente a dois perigos: a) o perigo do dogmatismo, que confia demasiado na razão, sem desconfiar bastante das ilusões especulativas; b) o perigo do empirismo que, por medo dos erros dogmáticos, tende a reduzir tudo à experiência. O criticismo kantiano procura instaurar um justo uso da razão, após fazer uma triagem daquilo que lhe é possível e daquilo que lhe escapa. (JAPIASSU; MARCONDES, 1990, P.62)

É somente na *Crítica da Faculdade do Juízo*², que Kant admite: as faculdades garantem seu fundamento no que chama de “acordo livre e indeterminado”, um acordo que prescindem da presidência de uma faculdade e estabelece uma harmonia subjetiva no próprio sistema do pensamento, e este sistema é o que torna possível todos os outros “acordos” (DELEUZE, 1963, p.63). O que, por sua vez, nos permite dizer que o sistema do pensamento é “fundado” mediante um “problema”.

A arquitetura da razão, segundo Kant, funciona, resumidamente, da seguinte forma: recebemos os dados da sensibilidade, a imaginação transforma estes dados em representações espaço-temporais passíveis de serem categorizadas pelas regras do entendimento. Aqui ocorre a formação dos conceitos, um “recorte” de espaço e tempo que configura uma forma. Tendo isto em conta, a razão com suas ideias vem garantir uma unidade sistemática a estes conceitos, transformando este agregado contingente de informações em um conhecimento, que ocorre sob determinadas leis a partir de um princípio.

A razão propriamente tem por objeto só o entendimento e o seu emprego adequado; e assim como o entendimento reúne o múltiplo no objeto mediante conceitos, a razão por sua vez reúne o múltiplo dos conceitos mediante ideias ao pôr uma certa unidade coletiva como objetivo das ações do entendimento. (KANT, 2005, p.394. [A644; B672])

² DELEUZE, 1963, p.34 *apud* KANT, *Crítica da Faculdade do Juízo*, §21

A ideia não é um novo conceito, mas sim, a organização sistemática dos conceitos em uma unidade perfeita, que serve como regra para o entendimento. A ideia em Kant não é o arquétipo do conceito (como no platonismo), mas sim, sua configuração sistematizada. Desta maneira, podem ser categorizadas de duas formas: (1) que determina o particular no geral, chamado de “uso apodítico da razão” ou “juízo determinante” ou (2) constituinte de um problema que possa guiar o entendimento, chamado de “uso hipotético da razão” ou “juízo reflexivo” (CRP, A647; B675). No primeiro caso, o universal está “dado”, e basta para a razão subsumir o particular nele. No segundo caso, a razão projeta um problema e admite um princípio, estabelecendo ela mesma uma “pedra de toque” que possa sustentar o entendimento em uma unidade. O primeiro caso expressa a “harmonia” entre as faculdades da razão. O segundo caso, o “uso hipotético”, representa um “acordo livre e indeterminado”, um problema.

[...] a unidade sistemática (enquanto simples ideia) é unicamente uma unidade projetada que precisa ser considerada em si como não dada, mas só como problema; serve, para encontrar um princípio para o múltiplo e para o uso particular do entendimento, e para mediante tal *principium* dirigir este uso e torná-lo interconectado mesmo com respeito aos casos que não são dados. (KANT, I. 2005, p.396, [A647; B675])

O “uso apodítico” está pautado sob a noção da harmonia das faculdades, isto é, um trabalho em conjunto a fim de pensar, explicar, reconhecer ou representar um objeto. O pensamento já teria uma predisposição natural à verdade, na medida em que todas as faculdades já estariam configuradas a adequar-se à realidade, e conhecer nesta as suas formas. Mas daqui decorre aquele problema, qual o princípio fundamental que garante essa harmonia pré-estabelecida entre Natureza e Pensamento? Qual o fundamento que garante ao conhecimento uma universalidade objetiva? A missão de Kant, como vimos acima, não é fácil. Ele deve sustentar a ideia de harmonia entre Pensamento e Natureza, sem recorrer ao dogmatismo, para não comprometer seu projeto crítico, a saber, instaurar um justo uso da razão.

A partir daqui nos atentamos ao viés interpretativo do próprio Deleuze acerca da doutrina das faculdades. Deleuze afirma na *Filosofia Crítica de Kant*, que o “uso apodítico” da razão, esconde por detrás um “acordo livre das faculdades”. Sim, julga o particular a partir de um universal dado, entretanto, este universal se fundamenta em um universal criado. No fundo, o “uso apodítico”, somente esconde um “uso

hipotético” das faculdades. O que Kant julga ser objetivo, é o produto de um acordo livre, subjetivo e problemático entre as faculdades (DELEUZE, 1963, p.75).

Desta forma, Deleuze acredita que o assunto requer de outra abordagem, que saliente o papel da terceira crítica, a *Crítica do juízo*, em que Kant aborda a questão do acordo livre (DELEUZE, 1963). Por isso, a primeira coisa que deve ser analisada é o fundamento. O conhecimento, de fato, inicia-se na sensibilidade, mas uma *sensibilidade transcendental*. Não parte da sensibilidade empírica, na medida em que essa representação sensível já representa a apreensão de uma “coisa” representada. A matéria que a *sensibilidade transcendental* apreende não é capaz de configurar nenhum objeto, pois é fragmentada. São singularidades, intensidades. A sensibilidade busca “alguma coisa”, uma “pedra de toque” para seu edifício, mas só encontra um campo de intensidades diferenciadas, desencadeando um processo violento, que é o início do pensar.

Lo ‘trascendental’ para Deleuze se expresa en la necesidad de que el pensar o razón deba habérselas con su propia génesis. [...] Sin embargo, Deleuze se empeña en diferenciar su tentativa filosófica de la kantiana, indicando que su preocupación no apunta a indagar en las condiciones que establecen los límites de un ejercicio legítimo de la razón. Su tentativa trascendental se define, en cambio, por la exigencia de efectuar la génesis interna de la propia razón. (MONTENEGRO, 2013, p.13)

E essa questão, de certo, ultrapassa o âmbito do comentário da filosofia de Kant. Nos situamos agora no projeto da doutrina das faculdades desenvolvida pelo próprio Deleuze em DR, II.

O processo violento inicia-se na sensibilidade e “reverbera” até as outras faculdades em seu uso “transcendente”. A sensibilidade mobiliza a imaginação, que mobiliza a memória e desemboca no pensamento (DELEUZE, 1968, p.198). Não em um acordo que reconhece alguma coisa como cognoscível graças ao senso comum, mas numa discórdia, que força todas as faculdades ao seu limite, extraindo delas o seu próprio exercício transcendental, sua gênese em sua própria atividade. A impressão inicial, torna-se aquilo que só pode ser sentido, e comunica a imaginação somente essa impressão sensível sem forma. A imaginação mobiliza-se, podendo só imaginar o inimaginável. A memória, da mesma forma comunica ao pensamento somente o seu esforço insuperável, retendo somente aquilo que não pode ser lembrado. Por fim, o pensamento eleva aquele produto originando-se no próprio ato de pensar.

As ideias são os problemas, mas os problemas fornecem apenas as condições sob as quais as faculdades acedem a seu exercício superior. Sob este aspecto, as ideias, em vez de terem um bom senso ou um senso comum como meio, remetem a um parassenso que determina a única comunicação das faculdades disjuntas. (DELEUZE, 1968, p.199)

A harmonia dá lugar à discórdia. Não há *adequação*, não há *desvelamento* - como no sentido platônico. O que se contempla é o problema (DELEUZE, 1968, p.111), não há “eu” garantindo a unidade orgânica das faculdades³. Também não sabemos mais de uma tendência natural à verdade capaz de garantir a adequação. Ou pior, esta mostra sua dependência mais fundamental com o reconhecimento corriqueiro que opera no senso comum. Temos apenas “eu” fragmentado, rachado⁴. O senso comum nada descobre realmente, nada além de uma imagem daquilo que aparece para si. Uma imagem que gera um contentamento ilusório, um contentamento com uma verdade criada – o universal resultante do acordo livre. Mas, em todo o caso, contempla-se, *contrai-se* o problema (DELEUZE, 1968, p.111). Ele aparece ao fundo, incomodando, testando os limites.

O pensamento pode aí ocupar-se, mas essa ocupação e esse emprego não tem nada a ver com pensar. O pensamento aí é preenchido apenas por uma imagem de si mesmo, imagem em que ele se reconhece tanto melhor quanto ele reconhece as coisas: é um dedo, é uma mesa, bom-dia, *Teeteto*. (DELEUZE, 1968, p.190)

É no problema, e somente no problema, que nasce o pensamento. O pensamento é o produto de um encontro involuntário com aquilo que força as faculdades até seus limites. É o encontro com um problema que movimenta as faculdades, induzindo-as à uma *recherche* (DELEUZE, 1964), à contemplanções de outros problemas, como um *motor* para a razão.

2.2 . UM “EU” RACHADO

Dado o pensamento, como poderíamos entender o sujeito? No segundo capítulo de *Diferença e Repetição* Deleuze se aprofunda neste ponto, investigando a

³ Ver sessão 2.2

⁴ Idem.

gênese deste “eu”, e como ele poderá sustentar a unidade do conjunto das faculdades.

De acordo com Kant (2005), um sujeito é aquele à qual se refere toda a síntese proveniente dos sentidos. Um ponto inicial, pelo qual todas as faculdades referem as suas representações específicas. O Cogito kantiano é uma unidade de apercepção referida a um objeto “x” que serve de síntese a toda representação. Como tal constitui o princípio do entendimento que torna possível o conhecimento. Mas, o que pensa esse sujeito quando pensa a si mesmo? Na medida em que todo o seu pensamento é o reflexo de toda a síntese do sensível, o que garante ali uma subjetividade transcendental? O cogito que se pensa a si mesmo não coincide exatamente com o sujeito da apercepção, pois se apresenta, fundamentalmente, como intuição dos sentidos, a saber, impressão do senso interno.

Afirma Kant (2005): a impressão sensível é o primeiro dado, e junto com o entendimento constituem o conhecimento. Este é o produto destas duas faculdades (imaginação e entendimento), e se constitui na imaginação. Portanto, quando o pensamento busca reconhecer a si mesmo, ocorre uma sorte de paradoxo interno: recebe a intuição deste objeto, um “eu”, síntese de toda sua intuição sensível, mas, quando o pensa, isto é, busca reconhecê-lo e determiná-lo, não encontra nenhuma substância, somente aparências desorganizadas e dispersas no tempo (CRP, B150 - B159).

O pensamento, considerado em si, é simplesmente a função lógica, por conseguinte, a simples espontaneidade da ligação do diverso de uma intuição apenas possível, e não apresenta o sujeito da consciência como fenômeno, porque não considera a espécie de intuição, isto é, se esta é sensível ou intelectual. Portanto, não me represento a mim mesmo, nem como sou nem como me apareço, mas penso-me simplesmente como penso em geral qualquer objeto, abstração feita do seu modo de intuição. (KANT, I. 2005, p.270. [B428; B429])

Deleuze se aprofunda nesta leitura de Kant e extrai elementos importantíssimos para a constituição de sua filosofia, as três sínteses passivas. DR, II se apoia na primeira edição da Crítica da Razão Pura, onde Kant explica que estas sínteses são a unidade das faculdades da *sensibilidade* e *entendimento*, e que torna possível o conhecimento (CELIS, 2011, p.27)

. A primeira fase, Deleuze a chama de *primeira síntese do tempo: o presente vivo*. Nesta síntese a sensibilidade oferece a imaginação uma “matéria” (HUGHES, 2009) ainda desprovida de qualidade, singularidades indeterminadas. Uma vez na

imaginação, o *hábito*⁵ funde os casos semelhantes desta matéria, retendo estes instantes singulares, e constituindo, por sua vez, a dimensão temporal, que é condição de possibilidade de todo o presente – aqui, a fundação do tempo⁶. Assim, o tempo na imaginação - como contração das singularidades ou instantes - possibilita o presente. Já o que possibilita o passado, é a síntese passiva que moverá este presente, e esta síntese é a *memória*. A segunda síntese – *síntese passiva do tempo: o passado puro* – percorre através da primeira, reunindo e organizando seu objeto em uma totalidade, chamado de “passado puro”, a condição de possibilidade de todo o círculo temporal (GUALANDI, 2003).

A primeira síntese é a fase de fundação linear do tempo, constituindo o presente vivo dos hábitos infinitos que formam a multiplicidade de durações das coisas existentes. A segunda síntese é a fase do fundamento circular do tempo, síntese de um passado puro que faz que todo o presente passe, já que o presente é aqui apenas a atualização de um tempo, “desde sempre” já passado. (GUALANDI, 2003, p.71)

As sínteses da imaginação e da memória fornecem seu objeto para o pensamento. A memória retém a forma da sensibilidade reproduzindo este movimento no pensar. Para Deleuze, as sínteses não são *afetadas* pelo tempo - como para Kant - mas se *constroem* nele, antes de qualquer atividade da consciência – uma síntese passiva. É constituindo o tempo que o sujeito se torna apto à experiência. O hábito funde os instantes criando o presente, ou a possibilidade de todo o presente; a memória retém estes instantes criando a possibilidade de todo o passado; agora, a síntese destas duas, enquanto pensamento, caminha em direção a constituição de um futuro.

Quando o pensamento reflete a si mesmo e contempla sua aparência dispersa no tempo, entrega a forma de um tempo vazio. Vazio, mas não sem conteúdo - a terceira síntese carrega consigo todo o passado e todo o presente – entretanto, não está subordinada ao movimento. Ela tira a ordem temporal de seus “eixos”, constituindo, portanto, ao invés de um futuro, uma forma estática do tempo. É o retorno àquela matéria sem qualidade (HUGHES, 2009). O elemento da *terceira*

5 Como vimos na introdução, o hábito não é somente uma postura ética, mas sim, uma força de associação, que cria a repetição, a contração de casos semelhantes que produz algo novo. (DELEUZE, 1968, p.111)

⁶ Apesar de não ser o foco da pesquisa, o problema da temporalidade ocupa um lugar central na ontologia da diferença de Deleuze, através do qual responde questões acerca da origem da transcendentalidade. (Ver: CELIS, 2011.) Aqui, nos atentamos a fundação do tempo como origem do senso interno, para garantir a constituição de uma subjetividade.

síntese passiva do tempo é a síntese de imaginação e da memória, apresentando o pensamento como um “eu”, que logo é obliterado ao contemplar-se, quando percebe que o “Cogito” é uma contração espontânea de matérias diferenciadas, totalmente passiva, e sua identidade, não passa de uma ilusão. Esta é a *cesura* do “eu”, denominada como “eu rachado”. Deleuze retoma, assim, o paradoxo em que a apercepção transcendental do Cogito, como disse Kant, não coincide com o eu do senso interno (CRP, B150-159).

Quando a terceira síntese retorna e contempla as outras duas e tenta trazê-las baixo a sua unidade, as suas incompatibilidades mútuas tornam-se insuperáveis e a síntese desintegra-se (HUGHES, 2009, p.124 trad. nossa)

Quando contempla a si, o sujeito contempla uma *imagem formidável*: a totalidade do tempo enquanto tal, e junto, seu próprio ser rachado em faculdades desiguais e discordantes, pelo qual pulsam ideias, como novos problemas, novas instâncias e novas singularidades. Aqui a personalidade marcante do sujeito como Cogito - o “herói” da trama - se desfaz quando se contempla e, assim, o investigador que se depara com as pistas de uma aparência dispersa, percebe que o assassino é sua outra personalidade. A reviravolta (*plot twist*) não serve apenas para indicar a insustentabilidade da identidade pessoal, senão também para apreciar como fomos jogados em meio ao nó central de nossa indagação, a saber: a questão do problema.

Portanto, podemos dizer que o sujeito, no qual o pensamento expressa seu uso transcendental, é também, em si, um problema, que movimenta – violentamente – as suas próprias faculdades, num processo que as desfigura. Revela, desse modo, uma estrutura além da imagem do senso comum: constelações de objetos singulares, fundamentalmente diferentes uns dos outros, mas, conectados por esta mesma diferença que os relaciona, agrupando-os numa contração pulsante, em um fluxo contínuo e criador. Uma imagem sublime, do tempo e do eu (DELEUZE, 1968, p.130).

3. A IDEIA COMO INSTÂNCIA PROBLEMÁTICA

3.1 IDEIA NO SENTIDO KANTIANO

O segundo capítulo de *Diferença e Repetição* tem influência de importantes nomes da história da filosofia, a saber, Hume, Bergson, Freud, dentre outros. Entretanto, como vimos acima, as três sínteses passivas – o cerne de todo o capítulo 2 de DR - provém de Kant, que explica que esta *síntese* é condição de possibilidade do conhecimento (CELIS, 2011, p.27). Deleuze opera sua mudança radical, o que é mais evidente no terceiro modo da síntese, através do qual se depara com a imagem do “eu-rachado”, e é sob este modo que se concentrará o quarto capítulo de DR (HUGHES, 2009, p.127). Uma vez rachado o sujeito, devemos entender como este, enquanto um problema e fonte de problemas, produz ideias. Mas antes, o que exatamente podemos entender por *Ideia*?

A noção de *ideia* nasce com a filosofia de Platão como arquétipos das próprias coisas, inteligíveis somente pela razão e nunca pela experiência. O pensamento, voltado a contemplar a verdade, busca na *ideia* um sentido completo para a realidade, ainda que, todavia, represente-a de maneira imperfeita.

Platão observou muito bem que a nossa faculdade de conhecimento sente uma necessidade muito mais alta que o soletrar de simples fenômenos pela unidade sintética para os poder ler como experiência, e que nossa razão se eleva naturalmente a conhecimentos demasiado altos para que qualquer objeto dado pela experiência lhes possa corresponder, mas que, não obstante, têm a sua realidade e não são simples quimeras. (KANT, I. 2005, p. 241. [B371])

Kant serve-se deste conceito para denominar os conceitos puros da razão, ou as *Ideias*. As *ideias* kantianas têm sua origem no seio da razão, e sua função, é regular o uso do entendimento. Como vimos, para Kant as faculdades operam em uma relação harmoniosa – menos no caso do acordo livre – e estas transmitem umas às outras o seu objeto, fazendo progredir a intuição, particular e subjetiva, à um conceito mais geral. As *ideias*, tem como objetivo ser um norte para todo o conhecimento da realidade, ainda que, todavia, não possamos as representar numa imagem concreta e objetiva.

La idea platónica era, ante todo, una noción racional, que al mismo tiempo servía de visión interior, reguladora y directora, para aderezar la experiencia según ella. En semejante sentido la adopta también Kant. Los conceptos expresan las realidades mismas de la experiencia; las ideas, en cambio, manifiestan algo que excede a toda experiencia, algo que no puede hallar en la experiencia su adecuado fenómeno, algo, pues que sirve de norte y de guía para nuestro conocimiento de la realidad. (MORENTE, 1975, p. 117)

Sempre que evocamos o conceito de “absoluto” nós estamos nos referindo a algo que ultrapassa toda a nossa experiência possível. A ideia de “Deus”, por exemplo, evoca uma noção absoluta de causalidade, um conceito do qual não há intuição sensível possível correspondente a ele. Ainda assim, por conta da categoria de causalidade, nos deparamos com a ideia: na medida em que raciocinamos que A leva a B, que leva a C, está implícito em nosso pensamento a ideia de Deus. O erro, diz Kant, acontece quando conferimos à ideia uma realidade transcendente, julgando poder conhecê-la. O seu uso deve ser somente imanente, como um ponto focal, que possibilita a sistematização do conhecimento, sem cair na ilusão de conferir existência à ideia.

Portanto, a ideia em Kant tem dois valores, um negativo e outro positivo. Com relação ao negativo, ao deparar-se com uma ideia, o pensamento contempla ali seu limite, mas um limite que o instiga a ir além, na medida em que a razão tem sede do absoluto. Todo o conhecimento está fundamentado na experiência, e toda empresa que se aventura por além destas fronteiras, está fadada ao fracasso. Esta noção do limite traça uma linha nestas fronteiras e demarca o território, impedindo que a razão caia em um abismo de contingência e não saiba diferenciar o real do irreal. Assim, o valor positivo da ideia é justamente de estabelecer regras para o uso legítimo da razão, validando todos os conceitos do entendimento numa totalidade absoluta, cuja mirada sempre se ergue à um horizonte infinito (MORENTE, 1975, p.117).

Entretanto, aqui ainda se fala somente sobre o interesse especulativo, no qual, a ideia atua nas faculdades em vista a determinar o objeto dado pelo entendimento. Há ainda outros dois interesses além do especulativo: o prático e o estético.

Deleuze estabelece em seu comentário que no interesse prático, as faculdades assumirão outra configuração, e a ideia incidirá sobre estas como “coisas em si”, isto é, como númenos, que do ponto de vista desse interesse deve ser um fato capaz de penetrar no mundo inteligível (DELEUZE, 1963, p.56). Assim, garante à ideia de liberdade uma realidade objetiva, uma natureza suprassensível, fundamento para as leis dos seres livres.

Especulativo e prático são usos apodícticos da razão. Trabalham com conceitos formados pelo entendimento. Ao trabalharmos com conceitos, ainda se conversa no âmbito da objetividade, como numa escada que eleva os dados sensíveis das faculdades ao universal.

Segundo o interesse especulativo da razão, o entendimento legisla, e a razão raciocina e simboliza (determina o objeto de sua Ideia “por analogia” com os objetos da experiência). Segundo o interesse prático da razão, é a própria razão que legisla; o entendimento julga, ou mesmo raciocina (ainda que esse raciocínio seja muito simples e consista numa simples comparação), e simboliza (extrai da lei natural sensível um tipo para a natureza supersensível). (DELEUZE, 1963, p.46)

Contudo, o interesse estético, não tem uma faculdade legisladora em específico. Para esta, não há fenômenos como para o entendimento, nem “coisas em si” como para a razão. Seu interesse se funda sobre seu próprio exercício, num livre acordo, onde cada faculdade trabalha espontaneamente na produção de seu produto, um trabalho sobre suas próprias condições subjetivas (DELEUZE, 1963). É este seu livre acordo que possibilita e fundamenta as outras configurações de ordem prática e especulativa, pois é no interesse estético que cada faculdade se constrói, pura, elevada ao seu nível transcendental e trabalhando como legisladora de si, e não em função de outro interesse. O produto desta “faculdade do juízo”, como chama Kant, não é um conhecimento que pode ser intelectualmente entendido, mas somente sentido. Assim, a ideia incide neste “livre acordo” não como horizonte para determinação, nem com uma realidade objetiva, mas como uma matéria bruta, que contém em si as regras sintéticas para a arte, provindo não mais da razão, mas da disposição inata da natureza, denominada *gênio*, ou *ideia estética*.

O gênio expressa a unidade sensível de todas as faculdades, e a expressa como viva. Fornece, portanto, a regra sob a qual as conclusões do belo na natureza podem ser estendidas ao belo na arte. (DELEUZE, 1963, p.71,72)

Portanto a ideia é, fundamentalmente, em Kant uma matéria que não busca justificção sobre uma faculdade legisladora, mas que “dá o pensar”; que fornece à as faculdades a matéria de seu exercício, ao mesmo tempo que se torna a unidade de todas elas unindo-as em um propósito específico. Esta é a Ideia em Kant, um acordo subjetivo entre a natureza e o homem - fundamental pois é ela que, garantindo o acordo livre, possibilita todos os outros acordos da razão.

3.2 IDEIA NO SENTIDO DELEUZIANO

Para entendermos a ideia no sentido deleuziano é necessário que retornemos àquele “eu rachado” (abordado na seção 2.2). Na cesura do “eu”, todos os “dados”

contraídos naquele processo que culmina na constituição temporal foram expelidos, tornaram a separar-se em partes distintas, formando um campo de intensidades (DELEUZE, 1968, p.205). O campo de intensidades, é composto por uma variedade infinita de elementos indeterminados, matérias descontínuas; elementos que aparecem aos nossos sentidos como uma sorte de “problema difuso” (HUGHES, 2009, p.103). A faculdade da imaginação, em contato com essa “matéria”, sintetiza seus elementos relacionando-os uns com os outros, e os determina através desta relação. Estas relações formam o problema. Aqui, o “eu fraturado”, reencarna em sua própria atividade, neste movimento que relaciona todos estes problemas. Este movimento (diferindo de Kant) não é um “acordo” entre o homem e a natureza. Esta singularidade é o agente de uma nova síntese, a expressão de “algo” dentro do problema (HUGHES, 2009, p.134).

Hughes (2009) afirma que a singularidade é “ideia das ideias” que governa todo o campo problemático. Um Deus, cuja natureza é a de uma criança que brinca sozinha com seus dados, determinando a regra do jogo, na ausência de quaisquer regras pré-existentes. (HUGHES, 2009, p.133). Esta é a determinação progressiva do problema até a ideia. Neste momento forma-se o que Deleuze chama de “Virtual”, o “vir-a-ser”, o elemento singular pertencente a todas as faculdades, que as conecta, e faz funcionar em seu limite.

Desta forma, podemos indicar três momentos do problema, (1) a indeterminação com relação a si mesmo – o problema difuso; (2) sua determinação com relação a outros objetos da experiência – a unidade do problema; (3) uma determinação completa – a singularidade diferencial, a ideia (DELEUZE, 1968, p.231). A unidade do problema ostenta as regras para a produção do objeto de maneira integral, produzindo, assim, o pensamento neste movimento.

Tudo se inicia com um conjunto de ‘elemento ideais’ indeterminados. Estes elementos são então sujeitos à uma síntese ao qual os determina reciprocamente, colocando-os em relação um com o outro. Finalmente, as várias relações entre os elementos são cimentadas por ‘singularidades’. Singularidade dão à ideia sua forma concreta e conseqüentemente representam um estágio de ‘determinação completa’. (HUGHES, 2009, p.134, trad. nossa)

Entretanto, a virtualidade só diz respeito a metade da natureza de um objeto. As regras para sua produção dizem respeito apenas a existência e distribuição dos pontos singulares dentro do campo de intensidades. Para falarmos acerca de “algo”

de natureza completa, necessitamos, assim, falar da atualização. O problema, entendido somente através de suas singularidades, não chega a constituir “algo”, é indeterminado neste primeiro momento. Mas logo que estas singularidades se relacionam, constituem, propriamente, o que chamamos de virtual. A ideia, notadamente o elemento diferenciador, demarcará neste virtual uma individualidade, por meio de um conjunto de regras que provocam o aparecimento do objeto, do atual, em sua relação com o todo, determinando um conteúdo nesta virtualidade. Este é o percurso da gênese do real, a gênese tanto do “pensamento” como do “objeto”.

A metade atualizada é o objeto do qual podemos conferir as características: qualidade, extensão (HUGHES, 2009, p.145). A qualidade do objeto se explica pela forma como os pontos singulares estão contraídos dentro do campo, e isto é determinado pelas relações diferenciais. Trata-se de quantidade contraída, uma reunião de trilhões de vibrações que se materializam em uma superfície (*idem*, 2009, p.146). A extensão do objeto são os pontos singulares interconectados dentro do campo, caracterizando uma forma, e isto é determinado pelas singularidades (*ibid.*, 2009, p.147). Qualidade e extensão são coexistentes, não se pode falar de um sem falar do outro. A forma extensiva, portanto, é a organização da qualidade.

A atualização de Ideias é o que determina a atual qualidade e extensão da coisa, e as duas partes da ideia correspondem diretamente aos dois aspectos do objeto. As relações diferenciais na ideia determinam a qualidade na coisa. As singularidades na ideia determinam a extensão ou forma externa da coisa. (HUGHES, 2009, p.145. trad. nossa)

Por fim, podemos dizer que o movimento que o problema provoca nas faculdades, forçando-as até o seu nível transcendental, reproduz o movimento da gênese do real. A ideia, como elemento diferencial, força o aparecimento de uma singularidade no campo de intensidades. O problema, enquanto violência nas faculdades, força o aparecimento do pensamento. Os dois acontecem à maneira que as pistas de nossa trama policial configuram o mistério - o investigador que sendo o assassino, maquina as próprias pistas que investiga. Ambos, problema e ideia, entrelaçados, no contínuo movimento do devir, produzem singularidades - sejam pensamentos, sejam objetos - denunciando, neste próprio movimento, sua gênese.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gênese do pensamento relata as relações entre a ideia e o problema. Uma ideia que é capaz de contemplar ou apropriar sua própria natureza, o pensamento é um problema fruto de relações problemáticas. Contemplando, o pensamento apropria-se de seus problemas, de suas singularidades, das relações que determinam o seu ser, todas ligadas no movimento do tempo, o que o faz uma instância no contínuo, uma diferença na repetição. A “ideia das ideias” emerge neste movimento do problemático e o demarca, daí sua natureza.

Esta descrição da gênese do pensamento retrata o mesmo movimento da gênese do objeto. Ambos compartilham a mesma natureza problemática.

Ideia e problema em Gilles Deleuze, portanto, não se diferenciam em natureza; se determinam em uma relação recíproca. O elemento diferencial da ideia sustenta a continuidade do problema, como cortes no contínuo - partes que fazem um todo - não permitindo que este campo caia em um “nada indiferenciado”. Dessa continuidade surgirá o pensamento e o objeto. O campo problemático, por sua vez, preencherá a ideia com sua natureza, recheada de singularidades com infinitas relações, acontecimentos, movimentando-as e significando-as neste movimento.

REFERÊNCIAS

- CELIS, C. **Gilles Deleuze y el origen passivo del tempo**. Santiago: Universidade Diego Portales, 2011.
- DELEUZE, G. **A filosofia Crítica de Kant**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autentica, 2018 [1963].
- DELEUZE, G. **Diferença e Repetição**. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2018 [1968].
- DELEUZE, G. **Proust e os Signos**. Trad. Antônio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- GUALANDI, A. **Deleuze**. Figuras do Saber. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- HUGHES, J. **Deleuze's Difference and Repetition – A reader's guide**, New York: Continuum, 2009.
- JAPIASSU, M; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- KANT, I. **Crítica da razão pura** – Tradução de Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger, São Paulo: Nova cultural, 2005.
- MONTENEGRO, G. **Empirismo transcendental**. Bogotá: Universidad de San Buenaventura, 2013.
- MORENTE, M. **La filosofía de Kant – Una Introducción a la filosofía**. Madrid: Espasa-Calpe. S.A, 1975.